MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 27:701

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Enquanto não estiver realizado o Fundo corporativo do Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau poderão ser concedidos empréstimos aos sócios do mesmo Grémio, nos termos do decreto-lei n.º 23:802, de 27 de Abril de 1934, com as alterações introduzidas pelo presente diploma.

§ único. É para todos os efeitos considerado Fundo corporativo aquele a que se refere o artigo 31.º do decreto-lei n.º 26:106, de 23 de Novembro de 1935.

Art. 2.º As atribuições conferidas pelo decreto-lei n.º 23:802, aos serviços dependentes do Ministério da Marinha e à comissão referida no artigo 1.º daquele diploma são transferidas para o Grémio quando por outra forma não esteja determinado no presente decreto-lei.

Art. 3.º O montante dos empréstimos não poderá exceder 50 por cento do valor real dos bens que lhes sirvam de garantia.

§ único. A avaliação dos navios e seus aprestos será feita pela Direcção Geral da Marinha Mercante, a solicitação do Grémio, e baseada no custo actual das construções navais, na tonelagem de arqueação e na depreciação resultante da qualidade dos materiais empregados e da idade do navio.

No mais será observado o disposto no decreto com força de lei n.º 14:960, de 25 de Janeiro de 1928.

Art. 4.º As letras representativas dos empréstimos serão sacadas pelo Grémio e aceites pelos gerentes ou directores das empresas armadoras e cujas assinaturas obriguem as suas sociedades.

§ 1.º Quando os armadores exerçam a indústria em seu nome individual as referidas letras serão aceites também pelas esposas destes, quando casados.

§ 2.º As assinaturas dos aceitantes e seus procuradores ou representantes deverão ser reconhecidas por notário; dos reconhecimentos das assinaturas dos procuradores ou representantes deverá constar a verificação das suas qualidades e poderes.

§ 3.º Obtido o assentimento da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência ao desconto das letras, serão elas endossadas pelo Grémio àquela instituição.

Art. 5.º As letras deixarão de ser avalizadas pelo Ministério das Finanças, mas o Grémio garantirá em especial as suas responsabilidades para com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, como endossante das letras, com a consignação das taxas cobradas para o Fundo corporativo, relativamente ao bacalhau pescado nas campanhas de 1937 e seguintes.

§ 1.º Na vigência da consignação a que se refere este artigo não poderá ser reduzida sem o acôrdo do Ministério das Finanças e ouvida a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência a contribuição para o Fundo corporativo resultante do disposto no n.º 1.º do artigo 45.º do decreto-lei n.º 26:106, de 23 de Novembro de 1935, e fixada pela portaria n.º 8:528, de 21 de Setembro de 1936.

§ 2.º As receitas consignadas pelo Grémio constituirão um depósito especial na Caixa. Esta conta de depósito será exclusivamente debitada para amortização e resgate das responsabilidades do Grémio como endossante das letras, podendo contudo o Grémio dispor da parte que exceda a sua responsabilidade para com a Caixa.

§ 3.º O Fundo corporativo é solidariamente responsável pelas obrigações do Grémio para com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

Art. 6.º Os registos provisórios e definitivos de hipoteca e os endossos de apólices de seguro que, pelo decreto-lei n.º 23:802, deviam ser feitos a favor do Ministério das Finanças sê-lo-ão a favor da Caixa Geral e serão averbados a favor do Grémio a requerimento deste e em face de documento passado pela Caixa Geral, de onde conste ter sido por esta cedido o crédito ao Grémio em consequência do resgate da letra, ou não ter chegado mesmo a efectuar-se o desconto desta na Caixa.

§ 1.º Os registos provisórios de hipoteca serão convertidos em definitivos a requerimento do credor inscrito, seja ele a Caixa ou o Grémio; no requerimento deverá o credor inscrito dar conhecimento de ter sido realizado o empréstimo a que se refere o registo provisório e do montante por que o empréstimo veio a efectuar-se.

§ 2.º Os cancelamentos dos registos provisórios e definitivos de hipoteca e dos endossos das apólices de seguro serão feitos a requerimento de quem nisso tiver interesse e em face de documento autenticado, passado pelo credor inscrito, de onde conste não ter chegado a realizar-se o empréstimo, ou ter este sido liquidado integralmente.

Art. 7.º O penhor sobre os aprestos navais e demais bens móveis dados em caução poderá ser constituído na carta em que o armador remeta ao Grémio a letra por ele aceite; os fiéis depositários deste penhor, na falta de outra estipulação, serão os indivíduos signatários de tal carta, cujas assinaturas serão reconhecidas.

Art. 8.º Os penhores de aprestos navais e demais bens móveis e do bacalhau pescado consideram-se transferidos do Grémio para a Caixa, e inversamente, pelo simples endosso das letras que eles garantem.

Art. 9.º Os navios que caucionem empréstimos feitos nos termos deste decreto-lei serão durante a campanha da pesca seguros contra o risco de avaria grossa e perda total, nos termos do decreto-lei n.º 26:106, e ainda contra os riscos de prejuízos a terceiros.

§ 1.º Quando ancorados nos portos de armamento, serão os navios seguros sòmente contra o risco de incêndio, excepto quando se achem ancorados no rio Douro, caso em que serão seguros não só contra este risco como também contra o de avaria grossa e perda total.

§ 2.º Quando as circunstâncias o recomendem, o Grémio pode exigir ainda o seguro contra o risco de guerra.

§ 3.º Os seguros a que este artigo se refere serão feitos nos termos do n.º 3.º do artigo 4.º do decreto-lei n.º 26:106.

Art. 10.º É da competência dos tribunais das execuções fiscaes a cobrança coerciva de todos os créditos concedidos nos termos deste decreto-lei, quando o credor fôr o Grémio ou a Caixa Geral.

§ 1.º O processo a seguir é o das execuções fiscaes.

§ 2.º As certidões a que se refere o § 2.º do artigo 7.º do decreto-lei n.º 23:802 podem ser extraídas não só dos livros e documentos arquivados no Grémio como também dos que se achem arquivados na Caixa Geral ou em qualquer repartição pública.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 15 de Maio de 1937. — ANTONÍO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Betten-court — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.